

A revolta da fome: notícias sobre o quebra-quebra de abril de 1983 e a fabricação do consenso político

The hunger revolt: news about the april 1983 *quebra-quebra* and the fabrication of political consensus

Edson Luís de Almeida Teles

Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

Trata-se de um artigo sobre o quebra-quebra de abril de 1983, a revolta dos desempregados na cidade de São Paulo contra a situação de fome, insuflada pelo momento político de transição para a democracia. Procuramos demonstrar a fabricação de um discurso hegemônico crítico aos protestos. Utilizamos essencialmente as narrativas contidas na grande mídia paulista (*O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *Veja*). Trabalhamos com a hipótese de que se fortaleceu naquele momento um discurso do consenso, cujos efeitos foram a limitação da ação das lutas sociais e a consolidação do processo controlado pelas principais forças institucionalizadas. O texto se divide em três partes, a primeira se volta aos acontecimentos; a segunda aborda a acusação de que os protestos foram manipulados; e a terceira se ocupa dos elementos revoltosos.

Palavras-chave: Ditadura, Transição, Saques, Consenso, Democracia.

Recebido em 23 de fevereiro de 2022.

Avaliador A: 11 de maio de 2022.

Avaliador B: 22 de maio de 2022.

Aceito em 30 de junho de 2022.



ABSTRACT

This is an article on the April 1983 *quebra-quebra*, the revolt of the unemployed in the city of São Paulo against the situation of hunger, fueled by the political moment of transition to democracy. We seek to demonstrate the fabrication of a hegemonic discourse critical to the protests. We essentially used the narratives contained in the major São Paulo media outlets (*O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* and *Veja*). We work with the hypothesis that a consensus discourse was strengthened at that moment, the effects of which were the limitation of the action of social struggles and the consolidation of the process controlled by the main institutionalized forces. The text is divided into three parts: the first one is about the events; the second explores the accusation in the sense that the protests were manipulated; the third and final part focuses the revolting elements.

Keywords: Dictatorship, Transition, Riots, Consensus, Democracy.

INTRODUÇÃO

Entendemos a transição entre o regime civil-militar¹ e o estado de direito como um momento determinante da democracia pós-ditadura. A transição se caracterizou por uma ambiguidade: um processo político que representou a ruptura entre dois regimes, mas foi marcado por certa continuidade. Concomitante a avanços democráticos como a volta dos civis, às eleições e a uma nova Constituição, o processo de transição significou igualmente o investimento na sofisticação de estruturas violentas e autoritárias. O período de “abertura”, que o presidente Ernesto Geisel anunciou como sendo um processo “lento, gradual e seguro”, foi amplamente controlado pelos militares². Ademais, contou com acordos (explícitos ou implícitos)

1 Sociólogos e historiadores com percurso de pesquisa sobre a ditadura têm utilizado o termo “civil-militar” para indicar a participação de setores civis na preparação do Golpe de 1964 e na manutenção e estruturação do regime de exceção, com presença inclusive nos aparelhos repressivos. Diversos setores teriam aderido, notadamente empresas e empresários que viram no regime autoritário uma oportunidade de efetivar seus interesses. Para conhecer as primeiras discussões sobre o termo “regime civil-militar” ver *O fantasma da revolução* (RIDENTI, 1996) e *Exílio. Entre raízes e radares* (ROLLEMBERG, 1999). Sobre a relação entre empresários e a ditadura ver a coletânea *Empresariado e ditadura no Brasil* (CAMPOS, BRANDÃO e LEMOS, 2020).

2 O general presidente Ernesto Geisel assumiu a Presidência do país em março de 1974. Uma de suas falas ficou famosa, justamente a que daria o tom do processo “lento, gradual e seguro” para a abertura controlada pelo regime. Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, aquele seria o ano com mais casos de desaparecimentos políticos, indicando a possível intenção de eliminar lideranças políticas à esquerda e esconder as evidências ligadas a essas eliminações, facilitando a condução “segura” da reabertura (CNV, 2014). Num documento do Departamento

aceitos de bom grado ou impostos e patrocinados pelas principais forças de oposição.

Além das tímidas mudanças institucionais se modificou também o discurso da guerra existente na ditadura, que propugnava a existência de um inimigo interno à pátria que deveria ser eliminado (discurso formulado no contexto da Guerra Fria e baseado na ideologia da Doutrina de Segurança Nacional³). Um outro discurso surgiu: o da paz e da reconciliação, visando a instituir um caráter cordial, ordeiro e trabalhador ao brasileiro.

No início dos anos 1980, principalmente em 1983, sob o impacto de lutas sociais radicalizadas, a ambiguidade entre os dois discursos foi colaborando para a montagem de uma narrativa acerca do que seria a ação política democrática. Ainda no calor dos acontecimentos, Bresser-Pereira argumenta que um pacto político e social se estabeleceu na estendida “abertura”, em oposição à “democratização”, funcionando como uma “estratégia dos detentores do poder para conceder sempre o menos possível, postergando a democratização” (BRESSER-PEREIRA, 1985, p. 129). Buscava-se criar um acordo em torno do discurso de superação do passado de violência de modo a reunir as principais forças políticas autorizadas pela reabertura, as mesmas forças que participariam da governança democrática nos anos seguintes.

O complexo processo de transição envolveu a fabricação de um “clima de abertura” que não se restringisse à esfera da política institucional, também circulando em aspectos da vida social, ensejando diversas práticas (GAJANIGO, 2020, p. 162). Tratava-se de produzir “uma autoimagem social do período”, aspecto que comporia a produção de um discurso do consenso em torno das saídas institucionais e estatais. Contudo o passado violento permanecia, fosse através da manutenção de uma segurança pública militarizada (VIANA, 2021), fosse por meio do fantasma de um recuo autoritário no processo de redemocratização. Para Sérgio Adorno,

de Estado norte-americano tornado público em 2018 pelo pesquisador Matias Spektor, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP), William Colby, diretor da Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA, descreveu uma reunião do recém-empossado Geisel, em maio de 1974, com os generais Milton Tavares de Souza, João Batista Figueiredo e Confúcio Danton de Paula Avelino, os dois últimos respectivamente chefes do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do Centro de Informações do Exército (CIE). No documento consta a autorização de Geisel para a continuação da política de extermínio dos opositores, contudo, com o controle central do chefe do SNI. Há ainda o relato do general Milton de que as “cerca de 104 pessoas, nessa categoria [supostos subversivos], haviam sido executadas sumariamente pelo CIE” (o documento original está disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99>; Acesso em: 23 jan. 2022). Lembramos ainda que se viviam acontecimentos marcantes: os efeitos do Ato Institucional nº 5, que estatizou plenamente a violência política; as mortes de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, ambas ocorridas devido às torturas nas dependências do 2º Exército, em São Paulo; e o fechamento do Congresso Nacional, em abril de 1977, visando a garantir eleições indiretas e senadores biônicos (um terço desses parlamentares eram indicados pelos militares, sem passar pelas urnas), entre outras ações.

3 A Doutrina de Segurança Nacional foi elaborada nas Forças Armadas a partir dos contatos com militares norte-americanos após o fim da Segunda Guerra Mundial. A construção de um discurso de militarização do país e sua divulgação no território nacional ocorreram sob a direção da Escola Superior de Guerra (ESG), instituição que mais formou oficiais para cargos de governo durante a ditadura (COMBLIN, 1978; COUTO E SILVA, 1967).

apesar dos avanços democráticos realizados, em particular com a Constituição de 1988, não houve um “efetivo controle do aparato repressivo por parte do poder civil. Neste domínio, parece não ter havido efetiva desmobilização das forças repressivas comprometidas com o regime autoritário” (ADORNO, 1996, p. 66).

Neste artigo procuramos mostrar – por meio de um acontecimento pontual, mas significativo – um aspecto da transição que sofreu e segue sofrendo silenciamento e invisibilização por parte da narrativa tradicional. Trazemos o modo como foram noticiados o quebra-quebra de abril de 1983 na cidade de São Paulo e suas repercussões e implicações à época. Trata-se da *revolta da fome*, na qual trabalhadores desempregados e populares das periferias da cidade se sublevaram contra a ordem social, na expectativa de que o processo político de redemocratização pudesse reorganizar a escuta do Estado para o grave problema da desigualdade e da miséria.

Entendemos que retomar a história do processo de transição por meio da revolta de 1983, “exatamente este eixo contraditório e decisório para a mudança social que é subestimado” (MOURA, 1988, p. 22), pode abrir perspectivas de análise e colaborar para a compreensão da democracia pós-ditadura. Acrescente-se que, por trás do discurso hegemônico, silenciaram-se saberes e falas menores, advindos dos que se encontravam nos fluxos cotidianos de sobrevivência e de luta constante. Procuramos pensar no revoltoso “como força dinâmica, como contribuinte ativo no processo histórico [...]. Neste sentido procuramos trazer elementos novos, alguns não muito novos mas desprezados, para melhor compreender a essência do processo” (MOURA, 1981, p. 16).

Buscamos reconstruir os fatos e debates relacionados aos acontecimentos de abril de 1983 por meio de textos dos principais veículos da mídia impressa do período no estado de São Paulo, especialmente os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, mas também por meio do jornal *Notícias Populares* e da revista *Veja*. As escolhas procuraram fazer emergir dois cenários: 1) os fatos que conotavam a revolta e os conflitos com as “forças da ordem” e 2) as análises sobre a revolta (encarada como espontânea ou premeditada, fora de controle ou organizada) e o tamanho da repressão e da resistência.

A partir dos registros na mídia, selecionamos falas, gestos e atos dos atores que tiveram espaço no evento: governadores, partidos políticos, lideranças de esquerda e da oposição, sindicalistas, a Igreja Católica e a grande mídia, além de representantes do regime civil-militar. Ainda foi possível resgatar, especialmente no primeiro dia de cobertura da imprensa, as falas dos que estiveram nos saques e nos conflitos com a polícia. Logo, contudo, a mídia os silenciou, tendo em vista que corroboravam a tese de uma ação vulcânica de protestos e acúmulos de

lutas sociais, dificultando a acusação de manipulação por parte de grupos extremistas. Essa movimentação na linha editorial parece corroborar a tese de que houve, por parte do processo de “abertura”, uma censura com vistas a favorecer o diálogo do projeto controlado de transição com setores da sociedade civil (DUARTE, 1985, p. 189-190). O silenciamento das narrativas dos revoltosos nos dias posteriores seria o resultado da prática de se produzir um ambiente favorável a uma redemocratização moderada. Em certa medida – e a flexibilidade na cobertura midiática parece denotar isto –, o processo de “abertura” controlada demonstrou uma complexa estratégia de ritmar a transição, garantindo que a oposição e os movimentos sociais não se fortalecessem o suficiente (CODATO, 2005). Bresser-Pereira (1985) identifica na transição uma vitória discursiva do governo ditatorial, quando evoca um modelo político de cima para baixo e centralizado.

Há algumas outras fontes de pesquisa sobre o quebra-quebra de 1983, além da que escolhemos, que consultamos para melhor nos localizar entre as narrativas e informações. São debates acadêmicos e intelectuais suscitados pelo evento; documentos e materiais de divulgação dos movimentos sociais, em especial o sindical; um inquérito policial; e a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o desemprego (ALESP, 1983), entre outras fontes. O artigo indica os resultados parciais obtidos através de seu *corpus* principal, cuja escolha se deveu à hipótese vislumbrada de que, com o auxílio da mídia, fabricou-se um discurso do consenso sobre como seriam o processo de transição e a democracia que viria. Consideramos ainda que na política do consenso os danos sofridos pelo sujeito político não geram mais a manifestação ou o aparecimento de um litígio (RANCIÈRE, 1996). Pelo contrário: ocorre uma objetivação da falta por meio de seu tratamento terapêutico, com a definição da incapacidade do sujeito dos protestos de conduzir autonomamente o caráter político de suas ações.

Não buscamos esgotar a história do quebra-quebra, mas resgatar os acontecimentos com o objetivo de trazer à tona, em meio aos efeitos dos protestos, o discurso consensual sobre a transição, cujos efeitos edificaram uma dupla face: por um lado, esse discurso contribuiu para a desqualificação da ação política situada fora do controle das instituições; por outro lado, se estabeleceu uma órbita política além da qual nenhuma força nem ação poderia existir, legitimando a transição controlada pelas instituições autorizadas, fortemente conduzida pelo governo ditatorial.

A ERUPÇÃO DA REVOLTA

Não se sabe ao certo o fato disparador das ações do quebra-quebra no dia 4 de abril de 1983. Duas ou três mil pessoas se reuniram no Largo 13 de Maio, no tradicional bairro de Santo Amaro, da cidade de São Paulo. Pediam emprego e pareciam sentir que seriam ouvidos em vista do processo de redemocratização. Cerca de três semanas antes, os primeiros governadores eleitos desde o golpe de 1964 haviam tomado posse. Em São Paulo fora eleito Franco Montoro, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com a promessa de um governo participativo que respeitasse os direitos humanos⁴. Em seu discurso de posse, ele propôs ao povo “o que lhe tem sido sempre negado: o direito de participar do processo decisório e de escolher seus próprios caminhos” (MONTORO, 2009, p. 306).

Calculava-se em um milhão e meio o número de desempregados na Grande São Paulo, o que representava 20% da força de trabalho. Outros 40% se encontravam em condição de subemprego. A inflação ultrapassou os 10% somente no mês de março de 1983. Nos três primeiros meses, acumulou 27% (DIEESE, 1984, p. 80-81). Era nesse contexto que, às segundas-feiras, mobilizados pelos boatos de que alguma indústria estaria contratando trabalhadores, multidões percorriam os portões das fábricas. Era o suficiente para que as principais avenidas se assemelhassem a pequenas passeatas de desempregados. A crise econômica do país caminhava em outro sentido.

No domingo, dia 3 de abril, espalhou-se a informação sobre a abertura de cerca de 300 vagas na indústria Q-Refres-Ko. A notícia era falsa, porém, e a raiva gerada pela situação fez com que o grupo à procura de emprego engrossasse um protesto previamente convocado para o Largo 13 de Maio. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, “a equipe de Aurélio Perez, ligada ao PC do B, aproximou-se dos desempregados e convenceu-os a prosseguir, em passeata, até o largo Treze de Maio” (GRUPOS..., 1983, p. 9).

Naquela manhã ensolarada, os desempregados se transformaram em manifestantes e

4 Nas eleições de 15 de novembro de 1982, nos primeiros escrutínios diretos para o cargo de governador de Estado desde o Golpe de 1964, vários candidatos de oposição à ditadura foram eleitos, com destaque para a Região Sudeste: Gerson Camata (Espírito Santo, do PMDB), Tancredo Neves (Minas Gerais, do PMDB), Leonel Brizola (Rio de Janeiro, do Partido Democrático Trabalhista - PDT) e Franco Montoro (São Paulo, do PMDB). Dos 22 estados que existiam à época, 10 elegeram candidatos de partidos da oposição (nove do PMDB e um do PDT). Em 1980, em um dos passos da abertura controlada e “segura”, foi autorizada a criação de cinco partidos: o Partido Democrático Social (PDS), do governo; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), próximo ao governo; e os três partidos de oposição, o PMDB; o Partido dos Trabalhadores (PT); e o PDT.

partiram em passeata. Alguns relatos falam de ações repressivas da Polícia Militar quando o grupo passava pela Administração Regional de Santo Amaro por volta das 8h50, o que teria sido o suficiente para explodir a revolta.

No retorno ao Largo, às 9h, os manifestantes saquearam o supermercado Barateiro. Em 10 minutos, o cenário do protesto transformara-se num levante popular. A repressão, um discurso inflamado, a movimentação da passeata, o cansaço da repetição das desgraças, as laranjas:

Um braço ergueu-se no meio da multidão que começava a avançar e, rápido, alcançou a carroçaria de um caminhão Mercedes-Benz estacionado no Largo 13 de Maio, centro nervoso do bairro de Santo Amaro, em São Paulo. Ao exibir o troféu que conquistara – uma das 40.000 laranjas amontoadas na carroceria -, um grupo desvinculou-se do bloco de 2.000 participantes de uma passeata de protesto contra o desemprego, que minutos antes iniciara seu deslocamento rumo à Assembléia Legislativa, atacou o caminhão – e logo dezenas, centenas de laranjas passaram a devastar as vitrinas das lojas nas cercanias. Essa artilharia de frutas, desencadeada às 10 horas do dia 4 de abril de 1983, foi o primeiro e violento aviso de que um imenso barril de pólvora estava prestes a explodir na maior cidade brasileira. Nas 48 horas seguintes, São Paulo viveu sob a sensação de que a paz estava assassinada nas ruas (NEGROS..., 1983, p. 26).

O título da matéria, “Negros dias de abril”, já indicava o inconsciente racista do país. O povo, os negros e os periféricos foram reduzidos a coisas manipuladas pelos grupos extremistas na versão da conservadora revista *Veja*: o “(...) aviso claro foi dado pela subversão de extrema-esquerda, que se lança à sua mais séria ofensiva desde a onda terrorista do final da década de 60 e início da de 70” (CARTA, 1983, p. 21).

O recém-empossado governador Franco Montoro decidira enviar o caminhão da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) com as laranjas, talvez com o intuito de diminuir o sofrimento dos desempregados. Contudo os manifestantes pareciam não querer diminuir sua precariedade nem atenuar um sofrimento, mas resolver o problema da falta de trabalho e de comida. Não imploravam – exigiam emprego. E acreditavam que no processo de transição para a democracia ocorreria alguma mudança na escuta.

Houve a tentativa de controlar os protestos, sem o recurso à repressão policial, através de um acordo entre o deputado federal Aurélio Peres, do PMDB⁵, com o governo Montoro. O secretário de Segurança, Manoel Pedro Pimentel, foi orientado a colocar a PM nas ruas e “esperar, sem nenhum tipo de ação, pois o deputado Aurélio Perez [...] tentaria conter a

5 Com extrema restrição de organização legal e sob a lei eleitoral da Ditadura, os grupos de esquerda atuavam dentro dos partidos autorizados, especialmente no PT e no PMDB. Aurélio Peres foi eleito duas vezes (1978 e 1982) com o apoio do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

multidão. O deputado bem que tentou. Chegou até a falar em nome do governador Montoro, pedindo à multidão que parasse o quebra-quebra” (MODERAÇÃO..., 1983, p. 42), porém já era tarde para a tentativa de condução institucional.

Uma das principais ações do quebra-quebra foi o saque. A força ingovernável da multidão em revolta não podia ser contida, ganhando o “caráter vulcânico [...] da interrupção, da insurreição e da esperança” (MBEMBE, 2018, p. 271 e 277):

“Meu Deus, cadê o dono daí? A gente pode pegar tudo, desse jeito?”. Essas perguntas eram feitas por uma mulher – cerca de 30 anos, grávida, descalça, cabelos escorridos e vestido roto – que, empurrada por uma multidão, entrava no supermercado [...].
[...]
Primeiro, entraram três garotos. Passaram a mão em uns sacos de arroz e de farinha, numas panelas de pressão que estavam perto dos caixas e saíram correndo. Quando a gente ainda estava meio assustado, querendo correr atrás dos garotos, veio aquela multidão. Eram mais de 300 pessoas. Não deu para controlar nada. (“MEU..., 1983, p.14).

O caos da revolta era uma cena cotidiana no imaginário do país⁶. Ainda assim, o quebra-quebra assustou Pindoba, nome de um palhaço que trabalhava para o comércio da região que parecia querer batizar a revolta, ao dizer que nunca viu “nada igual nessa vida [...], é a guerra da fome” (ORGANIZADORES..., 1983, Caderno Local, p.13).

Era fato que o povo passava fome⁷. Durante o saque a uma mercearia, 12 pessoas foram detidas: uma mulher, duas crianças e nove homens. Um deles, José Bernardo, mecânico desempregado havia dois anos, explicou seus motivos: “Eu queria levar pelo menos um pão com sardinha para meus filhos. Era só para matar a fome deles. Eu nunca roubei” (NA PERIFERIA..., 1983, Caderno Local, p. 12). Em outra localidade dos extremos da Zona Sul paulistana, a proprietária de um comércio saqueado analisava a situação a partir de critérios semelhantes aos de João: “Os políticos não resolvem esta situação. O governo nada faz para evitar atos desse tipo. O povo está com fome” (COMERCIANTES..., 1983, Caderno Local, p. 12).

⁶ Para ter uma ideia, entre o final de agosto e o início de novembro ocorreram ao menos 70 saques a estabelecimentos e vários quebra-quebras, especialmente contra ônibus e trens e nas estações (MARQUES, 2018, p. 85). As revoltas foram relativamente comuns nos anos de transição, ocorrendo nas principais cidades do país e em distintos momentos (FERREIRA, 2008; NAPOLITANO, 1995; ZALUAR, 1985; MOISÉS e MARTINEZ-ALIER, 1978).

⁷ Passados poucos meses desde o início de 1983, na região metropolitana de São Paulo cerca de 430 mil pessoas perderam o emprego e 43% das famílias viviam com até um salário-mínimo (KOWARICK e CAMPANÁRIO, 1994, p. 64). Em abril de 1983, o salário-mínimo era de Cr\$ 23.568,00; atualizado para o mês de fevereiro de 2022, o valor seria de aproximadamente R\$ 680,00 (usamos para o cálculo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA). Atualmente o salário-mínimo é de R\$ 1.212,00 (valor em fevereiro de 2022), praticamente o dobro do valor atualizado de 1983.

Até a hora do almoço, a situação já estava fora do controle de qualquer instituição, liderança ou polícia. Pelo menos três supermercados, além de vários pequenos e médios comércios, haviam sido saqueados, e vários ônibus foram quebrados. Com paus e pedras, os revoltosos enfrentavam a ação violenta da Polícia Militar, que avançava com golpes de cassetete, bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral e tiros para o alto. Entre as 15h e as 16h, quando tudo parecia acalmar-se, um comício com cerca de 1.000 pessoas se formou e uma passeata saiu em direção à Assembleia Legislativa.

Ao mesmo tempo, cerca de 700 manifestantes cercaram a 11ª Delegacia de Polícia (DP) para tentar libertar as dezenas de presos, mas foram violentamente reprimidos pela Polícia Militar, restando um saldo de outras dezenas de presos e muitos feridos. Às 19h a tentativa se repetiu. Em ambas as oportunidades, a Polícia Civil interveio com disparos para o alto. Nesse primeiro dia, houve cerca de 150 presos e apenas 6 já respondiam por algum inquérito policial (UM DIA..., 1983, p. 42), o que permitiu que, após fichados, apenas dois adultos permanecessem confinados e quatro adolescentes fossem enviados para a Febem (antiga instituição para adolescentes em conflito com a lei).

No fim da tarde, o grupo principal que se dirigiu à Assembleia Legislativa, após tentar ocupar o prédio, foi recebido por parlamentares em um plenário da casa legislativa. Ao final do encontro, sem obter algo de concreto, o grupo se dirigiu à avenida, cercou e tomou quatro ônibus que circulavam e, com eles, se dirigiram aos bairros da Zona Sul, ponto de partida da revolta.

À noite, novos saques e protestos alimentavam o cenário de batalha. Das 18h em diante, num efeito cascata, a revolta se alastrou para outros bairros mais profundos da Zona Sul da cidade. Em vários pontos se ouviam os gritos: “temos fome, temos fome” (PASSEATA..., 1983, Caderno Local, p. 13). Os carros da Polícia Militar passaram a circular em grupos, receosos de se tornar alvos, e uma viatura do serviço de trânsito foi virada. Vários veículos da polícia foram apedrejados. Quando viaturas se deslocavam para um ponto com um episódio de saque, rapidamente o lugar se esvaziava, e outro local era atacado. “‘Não sabemos mais o que fazer. Ninguém segura essa gente’, afirmou, nervoso, um oficial da Polícia Militar” (PASSEATA..., 1983, Caderno Local, p. 13).

O segundo dia da revolta se iniciou sob forte tensão, anunciada na capa do jornal *Folha de S.Paulo*: “O 2º Exército entra em regime de prontidão. A violência se alastra e Montoro promete ordem” (A VIOLÊNCIA..., 1983a, p. 1). Logo pela manhã uma passeata com mais de 1.000 pessoas saiu do Largo 13 de Maio e se dirigiu ao Palácio de Governo. Enquanto isso, em Santo Amaro, a PM batia em todos, indiscriminadamente, e “o que se viu, a partir daí, foi um

fluxo e refluxo da violência policial para conter os tumultos”, que se iniciavam quando palavras de ordem eram “gritadas por manifestantes, ou apenas frases repetidas por pequenos grupos” (FORTE..., 1983, p. 12): “um, dois, três, quatro, cinco mil, ou para o desemprego, ou paramos o Brasil” e “Chora Figueiredo, Figueiredo chora, chora Figueiredo, que chegou a sua hora” (MANIFESTANTES..., 1983, p. 12), entre outras.

Às 11h, os primeiros manifestantes estavam em frente ao Palácio. “Alguns participantes do movimento começaram a balançar as grades, até arrancar um pedaço de aproximadamente dois metros. Nesse instante, os líderes da manifestação perderam o controle” (MANIFESTANTES..., 1983, p. 12). Impacientes, os revoltosos derrubaram mais 100 metros de grades e entraram em conflito com a Tropa de Choque durante as duas horas seguintes. No jardim, a PM distribuía pancadas e bombas, enquanto os manifestantes gritavam “agora eu quero ver o Montoro receber”. Exigiam uma reunião com o governador, o que de fato ocorreu somente às 12h50. Acalmaram-se os ânimos e abriu-se um canal de diálogo.

Enquanto governo e a comissão de representantes conversavam, populares arremessavam “pedras contra vidraças das luxuosas mansões do Morumbi” (MANIFESTANTES..., 1983, Caderno Local, p. 10), bairro onde se localiza a sede do governo. Somente às 14h20, em ônibus fornecidos pelo Estado, é que os manifestantes começam a sair, diante da promessa de respostas num encontro a ser realizado no dia seguinte.

No período da tarde, o governador Montoro se reuniu com representantes das federações das indústrias, da agricultura e do comércio e com alguns sindicalistas. A pauta era uma saída acordada para o fim da revolta e em consonância com o processo de transição consensual. Enquanto discutiam as formas institucionais de controle, os protestos se expandiram para o restante da cidade, com destaque para a região central. Ao final do segundo dia, algumas centenas de manifestantes entraram numa batalha contra policiais da Tropa de Choque, na Praça da República. Centenas de manifestantes haviam sido detidos e algumas dezenas foram atendidas em hospitais.

No terceiro e último dia de revolta, São Paulo amanheceu fortemente militarizada. Para legitimar a repressão, a Delegacia Geral da Polícia Civil anunciou que “as reuniões a céu aberto que se tentam realizar, sem prévia comunicação ao departamento competente, estão sujeitas à ação policial compatível” (PORTARIA..., 1983, Caderno Local, p. 10). Ainda assim houve choques generalizados na Praça da Sé, com conflitos que se seguiram por praticamente cinco horas e atingiram toda a região central da cidade, cujo comércio permaneceu o dia inteiro fechado.

O Comitê de Luta Contra o Desemprego, em sua faceta institucionalizada, passou a

apoiar o governo Montoro e instrumentalizar a crítica ao governo federal. Na nota “Ao Povo de São Paulo”, do dia 8 de abril, o comitê registra o reconhecimento dos esforços do governador: “sabemos que estas medidas não irão resolver os nossos problemas, mas ajudarão muito. O problema do desemprego no Brasil só será solucionado atacando-se a atual política social e econômica do governo militar” (COMITÊ..., 1983, p. 2).

Na quinta-feira, a cidade de São Paulo acordou com medo, totalmente sitiada pelas forças militarizadas. Assim acabaram os três dias da maior revolta popular paulistana das últimas décadas. “A paz voltou ontem a São Paulo, garantida pela presença ostensiva de forças policiais no Centro e em Santo Amaro. [...] O chefe do Comando de Policiamento da Capital, coronel João Pessoa do Nascimento, divulgou um balanço dos incidentes: 566 detidos, 127 feridos, 15 veículos particulares e 7 da polícia danificados, 48 saques, 5 facas apreendidas” (UM DIA..., 1983, p. 1).

Os protestos e saques ecoaram nos meses seguintes, mas a militarização e o discurso do consenso impuseram aos poucos o silêncio em torno da revolta. O ano de 1983 respiraria a atmosfera da revolta: veria os protestos vulcânicos serem asfixiados pela repressão estatal e o controle político ser retomado pelas forças autorizadas.

O SILENCIAMENTO DAS RUAS

A disputa de narrativas acerca do caráter espontâneo ou manipulado da revolta foi o cerne dos debates sobre o lugar político que teriam as lutas sociais. A cada dia, por vezes no mesmo dia, os principais personagens, à esquerda ou à direita, modificavam seu posicionamento. Desde o primeiro dia se identificou a canalização dos discursos institucionais para dois pontos convergentes: (1) a manipulação dos populares pela ação de grupos extremistas; (2) a visão dos sem qualificação e despossuídos de autonomia de ação como subjetivações políticas insuficientes para atuar enquanto protagonistas dos protestos. Ambos os pontos forçariam a adoção de um discurso moderado e conciliador visando a evitar os extremos, em favor da ordem e da “abertura” controlada.

A primeira convergência teve uma única querela em torno da autoria da assinatura dos atos escusos: se teriam sido da extrema-direita ou da extrema-esquerda (ou mesmo de criminosos “comuns”). Contudo, do primeiro para o quarto dia, houve uma concordância sobre a existência de um sujeito oculto e estranho à revolta. O segundo ponto de convergência, decorrente da

primeira observação, acerca da desqualificação do caráter político das lutas sociais, foi um passo fundamental para uma transição conservadora. As convergências auxiliaram na produção discursiva de um consenso fundado na norma e na ordem institucional (RANCIÈRE, 1996) que pugnava a defesa da “abertura” através do esquema controlado e proposto pela ditadura, com a anuência e o apoio das principais forças institucionalizadas e de oposição. Para as lutas sociais, além do silenciamento de suas demandas, houve uma tendência de criminalização das subjetividades em revolta.

Aparentemente na condição de sociólogo, o senador Fernando Henrique Cardoso apontou parte dos limites da democracia ao argumentar que

[...] os setores conservadores da sociedade passaram a dar gritos de alarme para paralisar as tendências democratizadoras. [...] Existe uma tentativa de condicionar o governo Montoro, utilizando-se o fantasma da revolta social e da extrema esquerda. (CARDOSO, 1983, Seção Opinião, p. 2)

O espectro funcionou como artefato político para garantir normas estabilizantes das relações sociais e políticas.

Reginaldo Prandi, professor da USP, indicou que a questão de fundo da revolta seria a transição:

A promessa da abertura democrática é a luz no fim do túnel [...] e o pacto das urnas previa cobranças imediatas. [...] Essa massa, que traz para São Paulo o impensado saque, veio mostrar para seu novo governo o imperativo da prioridade inadiável. (PRANDI, 1983, Seção Tendências / Debates, p. 3)

Algo interessante para o nosso argumento: o artigo procura desmontar a tese da manipulação, ao ressaltar o significado político da revolta.

A *Folha de S. Paulo* reconheceu num editorial que “poucas vezes, na história social moderna, uma cidade terá sido jogada em tal estado de pânico e desespero”. Adensando o discurso da produção do consenso, o jornal defendeu que em “ambos os lados se sucedem manifestações apontando para a possibilidade desse acordo”, visando evitar uma “ação cada vez mais desenvolta das franjas radicais postadas no raio político do País” (UM ESPECTRO..., 1983, Seção Opinião, p. 2).

Logo na manhã do terceiro dia lia-se no editorial de *O Estado de S. Paulo* o alerta de que “o processo da abertura democrática e da construção do Estado de Direito foi violentado nestes dois últimos dias de maneira irrecuperável”. Acrescentou que os fatos “provam à sociedade que o assim designado Movimento contra o Desemprego (...) é integrado por elementos que, na atividade sindical, se colocam claramente à esquerda e disso não fazem mistério” (SÃO...,

1983, Seção Notas e Informações, p. 3). Sob um olhar conservador, o jornal desqualificava o protesto devido à presença de militantes da esquerda, como se a filiação ideológica devesse restringir a participação na política democrática.

No âmbito parlamentar, as primeiras reações da oposição indicavam uma maior porosidade às demandas. O deputado estadual Vanderlei Macris (PMDB) ponderou, após conversa com os manifestantes que chegaram à Assembleia Legislativa: “É um movimento bastante agressivo por reivindicação de trabalho. [...] Alguns manifestantes, ao fazerem suas reivindicações, pediram-me água e comida” (GRUPO..., 1983, Caderno Local, p. 14). Ainda no primeiro dia de protestos, a vereadora Luiza Erundina (PT) insistia, diante dos repórteres e dos representantes do governo, que os manifestantes eram desempregados, sem liderança e desesperados pela situação de fome e com a falta de perspectivas (GRUPO..., 1983, Caderno Local, p. 14). O presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, responsabilizou o governo ditatorial ao advertir “que o arbítrio, o modelo econômico e a sujeição do país ao Fundo Monetário Internacional iriam resultar no elevado índice de desemprego e levar expressivas camadas da população ao desespero” (MONTORO..., 1983, p. 15).

Por meio de nota pública⁸, o Partido dos Trabalhadores (PT) afirmava que

[...] é possível que haja dentro dessas manifestações a ação de provocadores. [...] Isto, porém, não deve servir para descaracterizar o sentido das manifestações surgidas em Santo Amaro, na segunda-feira. No essencial, trata-se de um movimento de desempregados, desorganizados e sem direção, desesperados com a situação vivida por eles mesmos e suas famílias. (PARTIDO..., 1983, Caderno Local, p. 11)

Na noite do dia 5 de abril se reuniram em Brasília os líderes no Congresso Nacional dos três partidos de oposição (PDT, PT e PMDB), num encontro organizado pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB). Segundo o jornal *Folha de S.Paulo*, os parlamentares “foram unânimes em reconhecer a espontaneidade inicial do movimento e a legitimidade das reivindicações mas atribuíram a intensidade dessas manifestações a infiltrações” (INTERPRETAÇÕES..., 1983, Caderno Local, p. 10).

De Brasília, o presidente general João Batista Figueiredo determinou a mobilização da 2ª Divisão do Exército Brasileiro e propugnou ser

[...] essencial que, pelo exemplo do equilíbrio e da moderação, a classe política restaure e preserve a confiança do povo brasileiro na funcionalidade das instituições

⁸ Nota da Executiva Estadual de São Paulo do Partido dos Trabalhadores (PT) com o título “Onde o PT esteve nas manifestações de São Paulo”, de 8 de abril de 1983. Foi publicada na íntegra no jornal *Folha de S.Paulo* do dia 9 de abril de 1983.

democráticas, em sua eficácia como instrumento da promoção da prosperidade e da felicidade de cada cidadão. (FIGUEIREDO..., 1983, p. 1).

Defendeu também o controle da transição exercido pelo governo militar: “A abertura democrática constitui processo de reforma gradual e pacífica da sociedade; não é licença para a subversão da ordem e das instituições” (FIGUEIREDO..., 1983, Seção Últimas notícias, p. 2). Para o líder do governo na Câmara Federal à época, o deputado Nelson Marchezan (PDS), os protestos partiram “de grupos extremados, que têm interesse em desestabilizar o processo democrático do presidente Figueiredo. Não podemos permitir que o debate ordenado derive para a anarquia” (MARCHEZAN..., 1983, Caderno Local, p. 11).

Em apoio à “abertura lenta, gradual e segura”, o senador José Sarney disse que esperava que o governador Montoro identificasse “os grupos que [...] se aproveitaram do justo movimento dos trabalhadores desempregados para desestabilizar o seu governo” (NO CONGRESSO..., 1983, Caderno Local, p. 11). Posição semelhante foi adotada pelo governador Leonel Brizola (PDT): “não vi multidões, quando lá estive, e sim alguns grupos que se moviam provocando agitação” (PARA BRIZOLA..., 1983, Caderno Local, p. 11). Acrescentava ainda o entendimento de que havia espectros políticos no processo de transição: “A nova ordem democrática que se inicia no País é o alvo. E os interessados nesses distúrbios talvez queiram aumentar o seu cacife nessa nova correlação de forças” (BRIZOLA..., 1983, Caderno Local, p.14). Para o governador de Minas Gerais Tancredo Neves (PMDB), os atos foram “dirigidos e comandados com o objetivo de desestabilizar a ordem política brasileira” (A VIOLÊNCIA..., 1983a, p. 1).

No Palácio dos Bandeirantes, logo após a ocupação do jardim e da batalha campal que se seguiu, os três governadores de oposição reunidos, Montoro, Tancredo e Brizola, soltaram uma nota conjunta: pediam calma à população e que evitassem “manifestações violentas, que só servem aos inimigos da democracia” (GOVERNADORES..., 1983, Caderno Local, p. 9). Na noite do segundo dia de revolta, em rede de rádio e televisão, o governador Franco Montoro falou da existência de um “plano concertado de pequenos grupos, com o objetivo de tumultuar a reorganização democrática”. E acrescentou: “os trabalhadores, os empresários, os comerciantes podem ficar seguros. Reafirmando minhas profundas convicções democráticas, declaro que a ordem pública será mantida” (GOVERNADOR..., 1983, p. 14). Havia um temor de que o processo de transição poderia ser interrompido.

Segundo o secretário de Segurança Pública Manoel Pedro Pimentel: “A impressão que nós temos é de que esse movimento envolve diversos grupos das mais diversas facções e das mais diversas origens” (PIMENTEL..., 1983, Caderno Local, p. 13). Ele opinou que a extinção

do antigo Dops⁹ em março de 1983 prejudicou a repressão ao movimento. “Eu sempre fui contra a transferência do Dops para a Polícia Federal, e agora ficou evidente a importância de um órgão de seu nível” (PIMENTEL..., 1983, Caderno Local, p. 13). A posição foi corroborada pelo próprio governador, quando afirmou que “sempre desejamos ter esse serviço de informações. O convênio foi rescindido à nossa revelia, com o nosso protesto” (MONTORO..., 1983, p. 9).

Um editorial de *O Estado de S. Paulo* também defendeu

[...] a necessidade de um trabalho policial voltado para a obtenção de informações prévias referentes a convulsões sociais. [...] Em vez de uma cirurgia destinada a extirpar o que estivesse deteriorado, os novos governantes preferiram amaldiçoar. (A IMAGEM..., 1983, Seção Notas e Informações, p. 3).

Segundo o argumento, a questão não era a natureza da instituição, mas um problema de funcionalidade, o que se resolveria com ordem democrática e direitos humanos. Como se a transição fomentasse “a capacidade institucional de regular e fiscalizar seus processos, minimizando seus incontornáveis, porém necessários, males” (MARQUES, 2018, p. 39).

Em uma das principais estratégias de desqualificação das ações, os protestos tornaram-se um problema de segurança pública com a criminalização dos manifestantes e dos atos políticos. O delegado Romeu Tuma, superintendente da Polícia Federal e ex-diretor do Dops de São Paulo, também defendeu a estratégia: “O Código Penal está aí, com vários de seus artigos violados, para ser aplicado” (A POLÍCIA..., 1983, p. 15). O ministro da Justiça Ibraim Abi Ackel condenou os protestos: “Eu não tenho nenhuma dúvida em conceituar os acontecimentos como problema de segurança” (MURILO..., 1983, Caderno Local, p.11).

Corroborando a versão da manipulação dos atos, o SNI produziu um relatório no qual “doze integrantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) foram citados nominalmente (...) como participantes dos incidentes” (A VIOLÊNCIA..., 1983b, p. 1). Segundo Carlos Átila, porta-voz da presidência da República, “todos eles estão empregados, o que prova que tiveram participação de cunho político” (A VIOLÊNCIA..., 1983b, p. 1). No jornal *Folha de S. Paulo*, lia-se que investigações do governo do Estado “indicaram a participação nos distúrbios de pessoas ligadas à administração estadual anterior e também da organização de esquerda Convergência Socialista” (A VIOLÊNCIA..., 1983b, p. 1).

Em resposta à acusação de manipulação por parte do partido, o dirigente nacional do

9 O Departamento de Ordem Política e Social (Dops) foi criado em 30 de dezembro de 1924 e durou quase 60 anos. Atuou com mais destaque em sua história, não sem motivos, nas duas ditaduras do século XX, a do Estado Novo e a da ditadura militar, atuando como polícia política do Estado brasileiro cuja função era fazer o controle dos “inimigos” da ordem.

PCdoB, João Amazonas, disse que “certamente o SNI, como instrumento do regime de arbítrio, tem interesse em desorientar a opinião pública e esconder os verdadeiros elementos que se encontram por trás da pilhagem no centro de São Paulo” (OPINIÕES, 1983, p. 13). Negou a participação de seu partido e acusou a “extrema-direita” de radicalizar o movimento dos desempregados, colocando em dúvida o caráter político do protesto ao nomear os saques como “pilhagem”. Fazendo eco às investigações da Secretaria de Segurança Pública, o deputado federal Aurélio Peres (PMDB) declarou que “setores da direita e da facção trotskista do PT infiltraram-se no movimento de desempregados para praticar atos de vandalismo, [...] tentando desestabilizar o governo Montoro e, com isso, prejudicar o processo de abertura” (OPINIÕES, 1983, p. 13). Por sua vez, a Convergência Socialista distribuiu uma nota em que se lia: “Os responsáveis são o governo militar, que tem uma política de arrocho e de desemprego, e o governo estadual de Montoro, que ajuda a aplicá-la em São Paulo” (CONVERGÊNCIA..., 1983, p. 14).

O movimento sindical, em risco de perder o controle dos protestos de trabalhadores, se mobilizou. De acordo com o presidente do Sindicato dos Marceneiros, Joel Alves de Oliveira, “a forma desorganizada com que tudo está ocorrendo só atrapalha, e por isto surgiu o desejo de tentar direcionar o movimento” (PERSONAGENS..., 1983, p. 20). Hugo Perez, da Pró-CUT (a favor da construção da Central Única dos Trabalhadores), alegou que “os sindicatos precisam assumi-lo como um todo, liderando, organizando, dando direção e evitando, a qualquer custo, o saque e o quebra-quebra” (PERSONAGENS..., 1983, p. 20). O vice-presidente do Sindicato dos Bancários, Gilmar Carneiro dos Santos, expressou sua posição, desqualificando os protestos, que incluíram uma “[...] população vulnerável às agitações desenvolvidas por membros da organização clandestina Falange Pátria Nova, a mesma que queimava bancas de jornais” (DESEMPREGADOS..., 1983, p. 12).

O SOM DOS INFIGURÁVEIS

Os revoltosos excediam qualquer representação dos sujeitos políticos autorizados, quando se falava apenas em parlamentares e eleitos para cargos executivos, dirigentes de partidos, lideranças sindicais, estudantis e religiosas, além dos membros do regime ditatorial. Nas ruas se encontravam os *infiguráveis*, “exemplo consumado desse ser-outro, vigorosamente forjado pelo vazio” (MBEMBE, 2018, p. 30), o vazio que indicava a invisibilidade social imposta aos que se encontravam fora do centro político e viviam uma vida indigna, cujos corpos tinham sua

humanidade degradada.

Os elementos¹⁰ infiguráveis da revolta supostamente não possuíam autonomia de pensamento e decisão, ao menos segundo a quase totalidade das forças políticas empenhadas no processo institucional da transição. Resto que sobrou dos cálculos da razão política institucional, os infiguráveis eram uma espécie de negativo da política, desprovidos de linguagem para se fazer ouvir pelas máquinas¹¹ do Estado e da política. No imaginário da razão de governo, os revoltosos somente poderiam ser pensados como a figura sem imagem, sem linguagem, sem corpo, sem política, emergente dos atos desesperados da revolta da fome.

Diante da necessidade de nomeá-los e defini-los, a *Folha de S. Paulo* assim os descreveu: “Os personagens eram os mesmos das cíclicas tragédias nordestinas: paus-de-arara da construção civil, peões de obra sem trabalho” (AÇÃO..., 1983, Caderno Local, p. 13). Para o gerente do supermercado saqueado Novo-Box, os manifestantes “eram moleques bagunceiros, desses que vivem em favelas” (O SAQUE..., 1983, p. 15). Segundo a revista *Veja*, o ponto nuclear da revolta, o bairro de Santo Amaro, era formado por:

[...] 100.000 favelados e quase 80.000 desempregados, é um epicentro permanente de tensão social e uma área onde agem as mais variadas correntes políticas. [...] Invasões de áreas públicas e particulares, greves de operários, depredações de ônibus, 103 quilômetros de córregos que transbordam com os temporais do verão e mais de 3.000 ruas de terra são os ingredientes que tornaram Santo Amaro a região mais explosiva de São Paulo. (NEGROS..., 1983, p. 30).

Os infiguráveis se encontravam em territórios da exceção, aonde os direitos não chegam ou, quando o alcançam, os lugares já se encontram deformados, impróprios, suscetíveis à chuva,

10 Os revoltosos foram nomeados como “elementos” em diversas falas, textos e documentos. Destacamos o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, que usa o termo com o sentido de manipulação dos atos, ao apontar para “*elementos* que, na atividade sindical, se colocam claramente à esquerda e disso não fazem mistério” (SÃO..., 1983, Seção Notas e Informações, p. 3, grifo nosso). No documento “Diário de Trabalho” do agente “SC-3” do Serviço Nacional de Informações (SNI), de 05 de abril de 1983, se lê, em tom policial: “cerca de 1.500 *elementos* encontram-se na Av. Morumbi. Dirigem-se para o Palácio do Governo” (Disponível em: <https://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/quebra-quebra-manifestacoes-sao-paulo>. Acesso em: 1 fev. 2022, grifo nosso). Talvez a referência mais interessante no uso do termo “elemento” esteja no *Dossiê da Polícia Civil de São Paulo*, resultado da investigação dirigida pelo delegado Walter Suppo. São registradas duas listas de participantes da revolta: uma, com as “pessoas de destaque sócio-político”, formada por militantes de esquerda, com 45 nomes; outra, com os “*elementos* detidos durante os distúrbios e saques”, com 375 pessoas “comuns” e sem qualificação política (APESP, 1983, p. 69 e 95, grifo nosso; SILVA, 2018).

11 Michel Foucault, em *Vigiar e punir*, definiu a máquina política como aquela que faz “com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce” (FOUCAULT, 2009, p. 166). Pensamos, com Foucault, na política cujo funcionamento ocorre de modo autônomo em relação aos discursos, ideologias ou procedência representacional sem, contudo, deixar de ter íntimas relações com as estruturas de controle.

à ausência de um teto seguro ou até mesmo, segundo a revista, ao caos social promovido por grupos políticos extremistas.

Apesar de não haver registros e dados sobre a questão racial na revolta da fome, as fotos que estamparam os principais jornais da época indicavam a composição das ruas em ebulição: a população negra e pobre da cidade. Os elementos periféricos eram para a mídia apenas os não identificados e manipulados pelos grupos extremistas; invisibilizava o corpo negro, que formava a maioria dos desempregados e se tornaria o ator de destaque daquele abril de 1983¹².

Alguns relatos na mídia corroboram a questão racial implícita: “Revólveres na mão, os policiais desceram a pirambeira do rio Pinheiros, mas não conseguiram alcançar um *mulato* alto que fugia, correndo, levando um botijão nas costas” (ORGANIZADORES..., 1983, Caderno Local, p. 13, grifo nosso). Em outra matéria na qual se fez referência à questão racial, o jornal *O Estado de S. Paulo* comentou um saque no Rio de Janeiro – “[...] Os invasores teriam sido liderados por três rapazes, de cor *branca*, que chegaram em motocicletas e incitaram o saque” –, para levantar a suspeita de que seriam agitadores e não manifestantes (SUPERMERCADO..., 1983, p. 9, grifo nosso). Os “brancos” seriam a comprovação da existência de extremistas manipulando o movimento, sujeitos raciais que indicariam um protagonismo, enquanto os “outros”, não brancos, eram manipulados. Já na revista *Veja*, um comerciante relata o saque à sua loja com descrição racial e exótica do elemento: “O primeiro assalto foi comandado por um homem *moreno*, pulseiras largas, anel de brilhante e colar, que devia ter entre 30 e 35 anos” (NEGROS..., 1983, p. 30, grifo nosso). A sugestão da matéria foi a de que o indivíduo mencionado seria o típico “vagabundo”, marginal que se aproveita da situação de conflito.

Apesar das referências aos trabalhadores, às mães e às crianças, aos adolescentes e jovens e aos sujeitos raciais (“moreno”, “mulato”), a leitura dos discursos autorizados (mídia, políticos, figuras públicas etc.) foi a de que elementos não representáveis, fundamentados em

12 Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), os negros (pretos e pardos) representavam na década de 1980 cerca de 44,5% da população. Com a recessão dos anos 1980, a porcentagem de pobres entre os anos de 1983 e 1984 ultrapassou a linha dos 50% dos brasileiros. Considere-se ainda que na década de 80, em média, os negros eram 65% dos pobres e 70% dos indigentes, indicando a composição majoritária de negros entre os desempregados – os negros ocupavam os postos mais precarizados e os sem registro na carteira de trabalho (HENRIQUES, 2001). Os dados sobre a questão racial do PNAD de 1976 foram censurados pela ditadura (DUARTE, 2006, p. 21), sendo publicados em 1983 na edição “O lugar do negro na força de trabalho” (OLIVEIRA, PORCARO e ARAÚJO, 1983). Nesse documento, vemos que no trabalho “não-manual” 77% dos trabalhadores são brancos, 20,5%, negros e 2,5%, outros (amarelos e sem declaração), sendo que o rendimento salarial dos brancos corresponde a 85,4% do total, enquanto o dos negros a apenas 11,5%. No trabalho “manual urbano” os brancos correspondem a 55,4% da força de trabalho, com renda de 65,8%, e os negros ocupavam 41,5% da força de trabalho, com 31% dos rendimentos. A censura da ditadura buscou invisibilizar o óbvio, apesar de pouco evidente para a sociedade brasileira dos anos de transição: a população negra e periférica era a que mais sofria com a miséria e o desemprego, tendo motivos suficientes para o desespero e a revolta.

estereótipos, foram os responsáveis pela fúria propulsora da revolta. Cassiana Ferreira, autora de uma dissertação de mestrado sobre o quebra-quebra, problematiza o uso excessiva do termo “multidão” como modo de encobrir os protagonistas:

O uso recorrente do termo multidão nas matérias jornalísticas, ao se reportarem ao conjunto de manifestantes, e as ações e adjetivações a ela atribuídas não somente *ocultavam os rostos dessa multidão* e, conseqüentemente, as potencialidades nela contidas, como também lhe conferiam um caráter impulsivo, irracional e agressivo, *retirando o significado político e reivindicatório das manifestações* (FERREIRA, 2009, p. 54-55, grifo nosso)

O reclamo sobre a ausência de uma linguagem comum estava presente nas falas de quem participou dos protestos, conforme observou Sebastião dos Santos, pintor industrial desempregado havia três anos, pai de três filhos. Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo* ele apresentou uma percepção crítica sobre a escuta das instituições:

Enquanto não quebrar tudo, eles não acreditam. Nem quebrando, eles não ouvem a gente. Não adianta mandar a polícia. Tem que abrir serviço. Quando aparece um emprego, querem me pagar o que ganhava em 80. Não dá (ORGANIZADORES..., 1983, Caderno Local, p.13).

A revolta parece introduzir uma linguagem própria na relação entre os elementos sem autonomia política e as instituições. Se, por um lado, quando falavam dos revoltosos, a mídia e o Estado se referiam a uma “linguagem zoológica” (FANON, 2005, p. 59) – impulsiva, irracional, agressiva e explosiva –, por outro lado, parece que somente uma ação disruptiva desempenharia a função desintoxicante ao produzir uma “nova linguagem” que forçaria a ampliação da escuta institucional (FANON, 2005, p. 52).

Seguindo a estratégia de silenciar o som dos elementos, a narrativa investida pelo consenso ensejou a subjetivação de um novo sujeito universal, pacífico, multirracial e ordeiro. Essa subjetividade não seria mais a da guerra, mas a subjetividade que liberaria a violência apenas contra as patologias sociais. Em nome da defesa da paz e da ordem, os inimigos do Estado e da sociedade seriam combatidos: negros, pobres e moradores das periferias – os sujeitos e espaços que seriam propensos ao crime e à produção da violência urbana constituíram a negação do sujeito universal (GÓES, 2000). Seriam subjetividades responsáveis pela corrupção dos bons costumes da família, da religião, dos valores da tradição e, principalmente, da ordem pública.

O artifício de produção do inimigo configurou-se a partir da combinação de tecnologias de produção do outro somadas à tradição racista e patriarcal do país (NASCIMENTO, 2018a). A violência colonial dividiu a cidade entre os territórios que tinham acesso aos direitos e aos bens necessários a uma vida digna e aqueles ligados à destruição e à degradação da humanidade

dos corpos (FANON, 2005, p. 55-56). Em vários espaços da cidade, camadas de cidadania se sobrepuseram às da vida indigna de viver, invisibilizando historicamente a fome que gerou a revolta (e o corpo faminto e revoltado).

Mais forte e potente do que o fantasma da ditadura foi o terror de uma sociedade segregada, cuja violência jazia sob o manto de uma outra democracia que não a sucessora dos governos militares, mas a arcaica “democracia racial”. Essa última surgiu como um aspecto “cultural”, a partir dos anos 1930 e 1940 do século XX, para se referir às relações entre negros e brancos, exercendo a função ideológica de controle da raiva e da revolta (NASCIMENTO, 2018b). Sintetizava ideias de que o país sempre viveu em uma sociedade multirracial e de relações étnicas harmônicas. O racismo estrutural à brasileira soube manter em segredo o grito de sofrimento na linguagem institucional e nas narrativas hegemônicas, apresentando as diferenças raciais como desigualdades sociais efêmeras advindas do período da escravidão e em vias de serem ultrapassadas, desde que sem perturbações à ordem e sempre de forma pacífica (MOURA, 1988).

Se o discurso de guerra contra a “subversão” política na ditadura autorizava a lógica de combate acima das leis para proteger a nação, na lógica do discurso de pacificação da nova democracia a política seria o lugar da condução do país por excelência, e qualquer parte dela que escapasse aos cálculos de governo seria criminalizada. Dessa forma, se justificava a manutenção, na passagem da ditadura à democracia, da militarização das ruas e da política sob a lógica do combate ao crime cometido pelo elemento comum. Discursivamente, o inimigo da democracia passou a ser, por meio do binômio pobreza/criminalidade, o sujeito negro, pobre e periférico.

Havia uma astúcia no argumento da criminalização, afinal, até aquele momento, o governo ditatorial tratava as lutas sociais como um problema político, o que autorizava inclusive aplicar a Lei de Segurança Nacional e mobilizar a ideia de ataque ao Estado e à soberania nacional. Já na democracia, quando o discurso da guerra contra o inimigo interno seria substituído pelo da pacificação e dos direitos humanos, era preciso criminalizar as lutas nos moldes ideológicos de uma democracia liberal. Para isso, era necessário mostrar que não havia repressão ao aspecto político dos protestos, mas indicar justamente o contrário, despolitizando os atos e imputando acusação de crime aos elementos desqualificados politicamente.

CONCLUSÃO

Retomar a história da revolta da fome contada pelos principais veículos de imprensa nos parece evidenciar a fabricação de um discurso consensual em torno da transição limitada aos cálculos previstos e acordados pelas instituições autorizadas a participar do processo¹³. Tal discurso colaborou para a produção de bloqueios e anulações de uma ação política democrática radicalizada e popular, notadamente as oriundas das lutas e dos movimentos sociais que se encontravam nas bordas da política prevista pela contabilidade de governo. Buscamos trazer à tona os rastros das narrativas e de seus atores na movimentação em direção à homogeneização do discurso que se tornaria duradouro na nova ordem democrática.

A movimentação social de ações coletivas como o quebra-quebra foi um modo de ação que se repetiu diversas vezes no período da transição. As explosivas revoltas dos saques e dos protestos intempestivos podem ser relacionadas “com essas situações de mobilização de massa que se originam de falhas abruptas na rotina social e nas relações políticas” (AUYERO, 2011, p. 135)¹⁴. Os anos 1970 assistiram o surgimento e fortalecimento de distintos movimentos sociais nas periferias das grandes cidades que impulsionaram lutas por participação política, direitos sociais e alguma qualidade nas políticas públicas. Havia nessa forma do agir político o amparo de instituições religiosas e legais, bem como de partidos clandestinos e de oposição ao regime. Especialmente na passagem da década de 1970 para a de 1980, esses movimentos sociais adquiriram projeção e promoveram certa cultura de participação política (ADORNO,

13 Fazemos uso da teoria do *contentious politics*, que nos permite refletir sobre a transição como um processo complexo e superar a dicotomia entre fatores macro e microsociológicos, relacionando a revolta de três dias na cidade de São Paulo as narrativas, subjetividades, cenas e performances com os conflitos e articulações institucionais em torno da “abertura” (TILLY e TARROW, 2007). Essa teoria se mostra uma ferramenta importante para analisar amplas ações políticas coletivas que colocam em questão as articulações institucionais, assim como os mecanismos de apropriação de suas implicações e narrativas.

14 Citamos o sociólogo argentino Javier Auyero com o intuito de reconhecer a estrutura social e política de movimentos previamente organizados em relação à revolta da fome, com a participação da oposição e de outras instituições legais, bem como de partidos e organizações clandestinas. Interessa-nos no autor sua abordagem da teoria da ação coletiva, acentuando a continuidade entre a política cotidiana e as formas de protesto violento. Apesar dos dados da pesquisa indicarem que provavelmente houve a “infiltração” de grupos interessados na desestabilização da “abertura”, consideramos fundamental na análise do quebra-quebra de abril de 1983 a fabricação discursiva da desqualificação da prática social da revolta como modo de expressão da continuidade das lutas e dos conflitos históricos contra as desigualdades profundas no país (NASCIMENTO, 2018b; MOURA, 1981). Seria como se a revolta da fome expressasse um espaço complexo no qual habitaram sujeitos políticos que deveriam estar em territórios distintos, mas que ali apareceram como pertencentes a uma zona cinzenta, fazendo dos protestos lugares de indistinção (AUYERO, 2007) e favorecendo a construção discursiva da desqualificação do caráter político da revolta.

1996; CARDOSO, 1984; KOWARICK, 1994; SADER, 1988).

Foi notável o esforço das instituições para silenciar o reclamo das ruas por meio da fabricação do discurso homogêneo. Nele estava contido o espectro do retorno, uma presença ameaçadora traçando o contorno do fantasma da violência mortífera da ditadura, que naquele início dos anos 1980 tinha uma imagem de terror na cena pública. Desnudar o fantasma, em uma reconstituição *post mortem*¹⁵ da transição, poderia incluir corpos e subjetividades que se encontravam fora dos cálculos de partilha dos poderes.

Entretanto os vestígios espectrais das lutas, da radicalidade da vida política na ditadura e da morte enquanto potência para os poderes instituídos não poderiam compor a nova democracia, a não ser no modo metamórfico do fantasma que assombra as práticas sociais. As perdas deveriam ser mantidas no passado e a elaboração do luto, por meio da memória dos protestos, da violência e do conflito, não comporia o novo cenário. A sociedade seguiria convivendo com a violência de Estado, bloqueando o acesso ao luto desse terror social, mantendo-o ativo nas periferias urbanas e políticas.

Os protestos esbarraram em uma questão fundamental da transição e da democracia pós-ditadura: a produção de bloqueios e limites à ação política. Processos políticos como a transição para a democracia, bem como a mobilização pelas lutas e conflitos sociais, tocavam profundamente os regimes de subjetivação, alterando normas e fluxos previstos. Linhas de fuga se apresentavam e desafiavam as institucionalidades e os pactos, implícitos ou explícitos, acordados longe das ruas. Parecia haver, do ponto de vista dos revoltosos, o reclamo por uma recodificação ou pelo alargamento do conceito de ação política, naquele momento relacionado à ideia de viver uma democracia.

Havia uma distância entre as expectativas e demandas das ruas e o que se acertava ou se permitia nas antigas instituições habitadas pelos novos e velhos ocupantes. Se era fato que a redemocratização se tornara um processo inequívoco, os modos do fazer de seus atores principais ainda eram incertos e se encontravam numa disputa intensa. Ao menos desde meados

15 A antropologia forense, quando realiza a análise bioantropológica de identificação humana, divide o trabalho em três etapas: *ante mortem*, *post mortem* e genética. Na etapa *ante mortem* se reúnem as informações sobre o indivíduo que se quer identificar, desde dados pessoais até biomédicos, passando por notícias e/ou documentos variados. A etapa *post mortem* ocorre na montagem dos remanescentes ósseos, visando a reconstituir o esqueleto do indivíduo e seus marcadores (sexo, faixa etária, estatura e detalhes individuais) para buscar um perfil próximo aos dados da etapa anterior. Finalmente, no exame genético, se comparam as informações de DNA de uma amostra óssea do indivíduo perfilizado com uma amostra de familiares da pessoa procurada, buscando o *match*, dados que confirmam o parentesco e, por consequência, a identidade do indivíduo esqueletizado (CELESIA, 2019; WEIZMAN, 2017). Entendemos que o trabalho de pesquisa sobre a transição funciona como uma coleta de dados *ante mortem* que nos permite o exercício da bioantropologia (*post mortem*) da transição entre os dois regimes.

dos anos 1970 as ruas vinham sendo paulatinamente ocupadas pelas lutas sindicais ou pelos movimentos de bairro, passando pela luta a favor da anistia aos presos e perseguidos políticos e pela luta das mulheres por creches. O Movimento Contra o Custo de Vida mobilizava setores das periferias da cidade, em especial nos bairros operários. O surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU) marcou a formação da identidade coletiva dos negros na luta contra o racismo e a violência policial. Contava ainda com os movimentos estudantis, a reorganização das esquerdas e a explosão de visibilidade das subjetividades interditas, como os movimentos LGBT e feminista.

Ainda não se estabelecera a hegemonia das ruas, mas o processo de transição preparava o terreno para que não se perdesse o controle sobre elas. Nas disputas das ruas e no esforço para esvaziá-las de seu caráter de revolta e protesto se consolidou uma lógica da governabilidade¹⁶. Os cálculos e as estatísticas tinham a função de evitar o risco e conduzir as populações segundo uma ordem desigual e autoritária.

A estratégia central dessa lógica de governo teve também os aspectos de uma política de memória. Ela elaborou o discurso de que havia duas formas de acessar o passado ou dois modos de entender a violência recente que se encontravam em lados extremamente opostos. Seria, de um lado, a memória dos militares ou da direita, que queria o esquecimento de toda a violência e dos crimes da ditadura. De outro lado, a memória das vítimas ou da esquerda, que desejava lembrar tudo sobre o regime de exceção para que se fizesse justiça. A saída seria produzir um discurso nacional com base na gramática da paz e da reconciliação, criando a ideia de que houve uma ditadura, mas que ela não teria sido tão violenta como se dizia. Dessa forma, se rompeu com o passado, mas apenas parcialmente. A estrutura repressiva, as formas e práticas autoritárias e a militarização do cotidiano e da política permaneciam (TELES e SAFATLE, 2010).

Configurava-se uma espécie de dispositivo mnêmico que faria a memória do período

16 A ideia da governabilidade enquanto uma síntese conceitual da operação da razão política se fundamenta em Michel Foucault, a partir de dois dos seus conceitos: dispositivo e governamentalidade. A governamentalidade procurar inserir o fenômeno social, primeiramente, “numa série de acontecimentos prováveis. Em segundo lugar, as reações do poder ante esse fenômeno vão ser inseridas num cálculo que é um cálculo de custo. Enfim, em terceiro lugar, em vez de instaurar uma divisão binária [...], vai-se fixar de um lado uma média considerada ótima e, depois, estabelecer os limites do aceitável, além dos quais a coisa não deve ir. É portanto toda uma outra distribuição das coisas e dos mecanismos que assim se esboça” (FOUCAULT, 2008, p. 9). Trata-se do cálculo sobre os acontecimentos, previstos ou não, e da condução dos fatos e das consequências dentro de uma média possível que não apresente riscos à ordem. Já o dispositivo “tem uma função eminentemente estratégica. [...] Trata de uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e combinada das relações de força, seja para desenvolvê-las em certa direção, seja para bloqueá-las, ou para estabilizá-las, utilizá-las” (FOUCAULT, 2001, p. 300, tradução nossa).

orbitar em torno de um centro expandido de lembranças e esquecimentos que evitaria as bordas e os restos, anulando e bloqueando as memórias traumáticas, consideradas extremistas pelo discurso consensual. Essa formulação binária de uma memória coletiva, institucionalizada por leis e práticas de governo, corroborou a tese de ruptura definitiva com a violência do Estado. A narrativa de derrota dos extremos na passagem de regimes políticos (em favor do consenso) salvou as estruturas repressivas e fortaleceu um regime do ver que turvou a percepção da continuidade e do investimento em um Estado genocida, racista e patriarcal.

O consenso criado não foi aquele que poderia resultar da busca por um comum. Foi antes o consenso das normas estabelecidas e impostas pelo processo de “abertura lenta, gradual e restrita”, de modo que tudo aquilo que não correspondesse à memória e à prática da paz e da reconciliação fosse visto como um risco à nova ordem. O mais nocivo do consenso foi silenciar os modos conflitantes por meio dos quais as subjetividades atípicas ao contexto da ordem institucional rompem com o modelo imposto.

A política democrática nasceria sob o signo de uma razão de governo contra os extremos e com o objetivo de optar por uma política do possível. Assim, se necessário fosse, os passos próprios a uma democracia poderiam ser descartados para evitar a quebra do acordado. Junto viria o fantasma do acionamento dos militares na cena pública, algo que se repetiria constantemente nos anos 1990 até virar prática comum nas duas décadas dos anos 2000 (VIANA, 2021; TELES e QUINALHA, 2020).

A revolta da fome, enquanto evento atípico, trouxe à tona análises sobre o período da transição por meio de narrativas, ferramentas conceituais, outros olhares, formas de lutas democráticas e sujeitos apagados de nossa história. É dessa maneira que contribuiu para um melhor entendimento do passado recente e dos tempos difíceis em que vivemos.

REFERÊNCIAS

1. AÇÃO de emergência para gerar emprego é ordenada. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.725, Caderno Local, 5 abr. 1983, p. 13.
2. ADORNO, Sérgio. **A gestão urbana do medo e da insegurança**. Violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea. 1996. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
3. A IMAGEM da insegurança. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.153, Seção Notas e Informações, 7 abr. 1983, p. 3.

4. APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Dossiê da Polícia Civil de São Paulo**, 3 jun. 1983, documento físico, 13-S-6-656, pasta 7. São Paulo: Polícia Civil de São Paulo, 1983.
5. AUYERO, Javier. **La zona gris. Violencia colectiva y política partidária em la Argentina contemporânea**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
6. AUYERO, Javier. Vidas e política das pessoas pobres – as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 126-164, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/3Hxh4K5RNGvGgpPj8G5cRcs/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.
7. A VIOLÊNCIA se alastra e Montoro promete ordem. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.726, p. 1, 6 abr. 1983a.
8. A VIOLÊNCIA diminui mas a tensão continua. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.727, p. 1, 7 abr. 1983b.
9. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Pactos políticos: do populismo à redemocratização**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
10. CAMPOS, Pedro; BRANDÃO, Rafael; LEMOS, Renato (org.). **Empresariado e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
11. CARDOSO, Fernando Henrique. A difícil democracia. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.727, Seção Opinião, 7 abr. 1983, p. 2.
12. CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. *In*: SORJ, Bernardo; TAVARES, Maria Hermínia (org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 215-239.
13. CARTA ao leitor. **Veja**, São Paulo, n. 762, p. 21, 13 abr. 1983.
14. CELESIA, Felipe. **La muerte es el olvido**. Buenos Aires: Paidós, 2019.
15. CNV - Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Mortos e Desaparecidos Políticos. Volume III**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 28 jul. 2022.
16. CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 165-175, nov. 2005.
17. COMBLIN, Joseph. **A ideologia de segurança nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
18. COMERCIANTES pensam em defender-se com armas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.726, Caderno Local, 6 abr. 1983, p. 12.
19. COMITÊ de desempregados também condena violência. **Notícias Populares**, São

- Paulo, n. 6.920, 10 abr. 1983, p. 2.
20. CONVERGÊNCIA rebate acusação do secretário. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.728, Caderno Local, 8 abr. 1983, p. 14.
21. COUTO E SILVA, Golbery. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
22. DESEMPREGADOS adiam sua reunião para terça. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.154, p. 12, 8 abr. 1983.
23. DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa Dieese: emprego e desemprego na Grande São Paulo – conceitos, metodologia e principais resultados (1981-1983)**. São Paulo: Dieese, 1984.
24. DUARTE, Celina Rabello. Imprensa e redemocratização no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 181-195, 1983.
25. DUARTE, Rebeca Oliveira. “**Nos alicerces do mundo**”: o dilema e a dialética na afirmação da identidade negra. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFPE, Recife, 2006.
26. FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
27. FERREIRA, Cassiana Buso. **Representações de intolerância na imprensa escrita: saques e quebra-quebras em São Paulo (abril de 1983)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, São Paulo, 2009.
28. FERREIRA, Edemir Brasil. **A multidão rouba a cena: o quebra-quebra em Salvador (1981)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, UFBA, Salvador, 2008.
29. FIGUEIREDO condena atos de vandalismo. **Notícias Populares**, São Paulo, n. 6.920, 10 abr. 1983, p. 2.
30. FIGUEIREDO quer restauração do clima político. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.729, 9 abr. 1983, p. 1.
31. FORTE esquema de segurança no largo 13 não impediu tumultos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.726, Caderno Local, 6 abr. 1983, p. 12.
32. FOUCAULT, Michel. Le jeu de Michel Foucault. *In*: FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits II. 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001. p. 298-329.
33. FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
34. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2009.
35. GAJANIGO, Paulo. Evocações e disputas sobre o “clima da abertura” durante o período

- de transição no Brasil (1974-1985). **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 161-182, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/535>. Acesso em: 28 jul. 2022.
36. GÓES, Eda Maria. Limites da transição política no Brasil dos anos 70 e 80, ou como os pobres continuaram perigosos. **História**, São Paulo, v. 19, p. 257-280, 2000.
37. GOVERNADORES pedem calma. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.726, Caderno Local, 6 abr. 1983, p. 9.
38. GOVERNADOR promete manter a ordem. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.152, p. 14, 6 abr. 1983.
39. GRUPOS e ideias para a agitação. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.154, p. 9, 8 de abr. 1983.
40. HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução econômica das condições de vida na década de 90. Texto para discussão nº 807. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
41. INTERPRETAÇÕES equívocas repelidas por oposições. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.726, Caderno Local, 6 abr. 1983, p. 10.
42. KOWARICK, Lúcio; CAMPANÁRIO, Milton. São Paulo, metrópole do subdesenvolvimento industrializado: do milagre à crise econômica. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1994. p. 53-69.
43. KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
44. MANIFESTANTES invadem o Palácio. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.152, p. 12, 6 abr. 1983.
45. MANIFESTANTES tentam invadir Palácio e derrubam gradis. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.726, Caderno Local, 6 abr. 1983, p. 10.
46. MARCHEZAN atribui saques a radicais. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.729, 9 abr. 1983, p. 11.
47. MARQUES, Adalton. **Humanizar e expandir**: uma genealogia da segurança pública em São Paulo. São Paulo: IBCCrim, 2018.
48. MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
49. “MEU Deus, cadê o dono? A gente pode pegar tudo aí?”. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.725, Caderno Local, 5 abr. 1983, p. 14.
50. MODERAÇÃO, a ordem à PM. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.151, p. 42, 5 abr. 1983.

51. MOISÉS, José Álvaro; MARTINEZ-ALIER, Verena. A revolta dos suburbanos ou “patrão, o trem atrasou”. MOISÉS, José Álvaro et al. (org.). **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Cedec: Paz e Terra, 1978. p. 13-65.
52. MONTORO, Franco. Discurso de posse como governador de São Paulo. *In*: LIMA, Jorge (org.). **Franco Montoro**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009. p. 303-306.
53. MONTORO já estuda um substituto para Dops. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.151, p. 9, 5 abr. 1983.
54. MONTORO promete para já plano de emergência. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.151, p. 15, 5 abr. 1983.
55. MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. São Paulo: Lech, 1981.
56. MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.
57. MURILO viaja para acompanhar a crise. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.726, Caderno Local, 6 abr. 1983, p. 11.
58. NA PERIFERIA, segundo dia de caos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.726, Caderno Local, 6 abr. 1983, p. 12.
59. NAPOLITANO, Marcos. O protesto de rua nos anos oitenta e a crise do regime militar. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 4/5, p. 161-174, 1995.
60. NASCIMENTO, Maria Beatriz. Negro e racismo. *In*: NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição**. São Paulo: Filhos da África, 2018a. p. 50-56.
61. NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma história do homem negro. *In*: NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição**. São Paulo: Filhos da África, 2018b. p. 42-49.
62. NEGROS dias de abril. **Veja**, São Paulo, n. 762, pp. 26-34, 13 abr. 1983.
63. NO CONGRESSO, liderança do PDS elogia decisões. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.727, Caderno Local, 7 abr. 1983, p. 11.
64. OLIVEIRA, Lúcia Elena Garcia; PORCARO, Rosa Maria; ARAÚJO, Tereza Cristina. **O lugar do negro na força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.
65. OPINIÕES. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.154, p. 13, 8 abr. 1983.
66. ORGANIZADORES alegam descontrole. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.725, Caderno Local, 5 abr. 1983, p. 13.
67. O SAQUE, “uma loucura”. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.151, p. 15, 5 abr. 1983.

68. PARA BRIZOLA, imprensa exagerou no noticiário. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.727, Caderno Local, 7 abr. 1983, p. 11.
69. PARTIDO explica “onde esteve”. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.729, Caderno Local, 9 abr. 1983, p. 11.
70. PASSEATA acaba em saques e quebra-quebra. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.725, Caderno Local, 5 abr. 1983, p. 13.
71. PERSONAGENS discutem a origem da crise. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.153, p. 20, 7 abr. 1983.
72. PIMENTEL assegura a manutenção da ordem. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.727, Caderno Local, 7 abr. 1983, p. 13.
73. PORTARIA regula reunião pública. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.726, Caderno Local, 6 abr. 1983, p. 10.
74. PRANDI, Reginaldo. São Paulo, cidade saqueada. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.727, Seção Tendências / Debates, 7 abr. 1983, p. 3.
75. RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento. Política e filosofia**. São Paulo: 34, 1996.
76. RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução**. São Paulo: Unesp, 1996.
77. ROLLEMBERG, Denise. **Exílio. Entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
78. SADER, Eder. **Quando os novos personagens entram em cena**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
79. SÃO Paulo sem governo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.153, Seção Notas e Informações, 7 abr. 1983, p. 3.
80. SILVA, Matheus. **Queremos comida, quem vai dar?** O motim de 1983 contra a fome e o desemprego em São Paulo. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. São Paulo: PUC, 2018. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/21056>. Acesso em: 28 jul. 2022.
81. SUPERMERCADO atacado no Rio. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.154, p. 9, 8 abr. 1983.
82. TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious politics**. London: Paradigm Publishers, 2007.
83. TELES, Edson; QUINALHA, Renan (org.). **Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
84. TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura. A exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

85. UM DIA de paz na cidade. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.728, Caderno Local, 8 abr. 1983, p. 1.
86. UM DIA de tumulto e omissão policial. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.151, p. 42, 5 abr. 1983.
87. UM ESPECTRO à mesa. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.727, Seção Opinião, 7 abr. 1983, p. 2.
88. VIANA, Natalia. **Dano colateral**: a intervenção dos militares na segurança pública. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.
89. WEIZMAN, Eyal. **Forensic Architecture**. Violence at the Threshold of Detectability. New York: Zone Books, 2017.
90. ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Edson Luís de Almeida Teles

Professor na Graduação em Filosofia e no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Paulo. Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Coordenador do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6673-2234>. E-mail: edson.teles@unifesp.br